

A Idade de E. J. Hobsbawm

E. J. Hobsbawm, *Age of Extremes, The Short Twentieth Century, 1914-1991*, Londres, Michael Joseph, 1994.

Não há amor como o primeiro. A frase aplica-se tanto a livros quanto a seres humanos. *The Age of Revolution, 1789-1948*, de E. J. Hobsbawm, foi o meu primeiro livro de história europeia. Em 1970 andava, desesperada, a estudar estatística aplicada às ciências sociais quando um colega americano me passou para as mãos a edição de 1962 da Mentor Book. Jamais esquecerei o começo: «A primeira coisa a dizer sobre o mundo dos anos 1780 é que era simultaneamente muito mais pequeno e muito maior do que o nosso.» É evidente que chumbei a estatística: em troca, fiquei a conhecer um dos maiores historiadores contemporâneos.

Lytton Strachey, outro favorito, disse um dia que as qualidades exigidas a um historiador eram «a capacidade para absorver factos, a capacidade para os afirmar e um ponto de vista próprio». Hobsbawm possui-os, aos três, em abundância. Nenhum dos seus colegas vivos tem a sua experiência, a sua cultura e, especialmente, a sua ambição. Como explicar, de outra forma, o programa que se propôs nos anos 50, o de escrever vários volumes sobre a formação do mundo moderno, incluindo os seus aspectos económicos, sociais, políticos, culturais, alargando-os a todas as áreas geográficas? Numa época de crescente especialização é bom encontrar alguém capaz de explicar, com manifesta proficiência, as flutuações monetárias e a Declaração dos Direitos do Homem, a morte do campesinato e o impacto da Bauhaus, o pensamento de Bakunine e os livros de Zola.

Desde *The Age of Empire, 1875-1914*, o seu terceiro livro, que, nos interstícios, Hobsbawm recorre a elementos autobiográficos. As andanças europeias da família deram-lhe a possibilidade de olhar o mundo de forma inédita. Para além de falar correctamente várias línguas — notem-se as suas espantosas bibliografias —, a vida mostrou-lhe que a história é feita de gentes de variados quadrantes, raças e feitios.

Nascido em 1917 em Alexandria, então parte do Império Britânico, Eric Hobsbawm era filho de pai inglês (oriundo de uma família judia de Varsóvia) e

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

de mãe austríaca. Depois de ter completado os estudos secundários em Viena, foi mandado para Berlim, onde assistiu à ascensão de Hitler, um facto que o marcou para sempre. Aderiu então ao Partido Comunista, organização a que se manterá fiel. Pouco depois emigrava, com os pais, para Inglaterra. Aluno brilhante, conseguiu entrar na Universidade de Cambridge, onde se formou em História. Em 1952 ajudou a fundar, com C. Hill e E. P. Thompson, a prestigiada revista *Past and Present*.

O derradeiro painel da tetralogia, *Age of Extremes*, divide-se em três partes, «A idade da catástrofe», sobre os anos 1914-1945, «A idade de ouro», sobre os anos 1945-1973, e «A avalanche», de 1973 à actualidade. No prefácio lembra a importância do estudo da história: «A destruição do passado, ou antes, dos mecanismos sociais que ligam a nossa experiência à das gerações que nos antecederam, é um fenómeno simultaneamente característico e assustador deste final do século XX. A maioria dos rapazes e raparigas nossos contemporâneos cresceram numa espécie de presente permanente, sem relação orgânica com o passado. Isto torna os historiadores, cuja função é lembrar o que os outros tendem a esquecer, mais importantes no final do segundo milénio do que em qualquer outro momento.» O historiador não pode limitar-se a ser um compilador de factos: tem de compreender e de explicar. A evolução das sociedades modernas confere uma urgência especial à missão: «Para os historiadores da minha geração, fazendo parte da minha cultura, o passado era indestrutível, não só porque pertencíamos a uma geração em que as ruas e os lugares públicos ainda tinham nomes de homens e datas célebres (a estação Wilson na Praga de antes da guerra ou o metro de Estalinegrado em Paris), em que os tratados de paz ainda eram assinados com identificação (Tratado de Versalhes), em que as comemorações das guerras recordavam o que se tinha passado, mas porque os acontecimentos públicos estavam entrelaçados nas nossas vidas privadas. Não eram apenas marcos, mas formavam, eles próprios, as nossas vidas, privadas e públicas. O dia 30 de Janeiro de 1933 não é apenas, para quem está a falar-lhes, o dia, perfeitamente arbitrário, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas aquela tarde de Inverno, em Berlim, quando uma rapazinha de 15 anos e a sua irmã mais nova regressavam a casa, vindos das vizinhas escolas de Wilmersdorf, em direcção a Halensee e, algures, no meio deste caminho, se depararam com a notícia nos cabeçários dos jornais.»

O livro retrata, em todas as suas facetas, o mundo nascido com a revolução russa, um tempo marcado por duas guerras mundiais, por décadas de guerra fria, pela geração *hippie* dos anos 60, pela emancipação das colónias e pelo desaparecimento da URSS. Escrito depois da queda do muro de Berlim, Hobsbawm podia ter aproveitado o momento para abandonar convicções antigas. Orgulhosamente, recusou-se a entrar no barco dos vencedores. Partilhando o anti-americanismo de muitos dos ingleses da sua geração e meio, considera que nada de bom poderá vir do facto de a única potência mundial ser hoje os EUA.

Na parte I, «A idade da catástrofe», Hobsbawm analisa as duas grandes guerras, salientando o que tiveram de original: não se limitaram ao palco bélico, mas

envolveram as sociedades no seu todo. Durante o século XIX tinham ocorrido guerras devastadoras, como, por exemplo, a guerra civil americana. Mas nenhuma tinha assumido as repercussões que estas viriam a assumir. «Jane Austen escreveu os seus romances», lembra Hobsbawm, «durante as guerras napoleónicas, mas ninguém que desconhecesse o facto poderia, através das suas páginas, tê-lo adivinhado.» Hoje, diz, isso seria impossível.

É neste capítulo que o autor analisa a formação da URSS. Segundo ele, longe de uma política, o «socialismo num só país» de Lenine foi algo imposto pelos dirigentes ocidentais, que se recusaram a ter contactos com o regime revolucionário. Hobsbawm tenta apresentar um balanço sobre a URSS: algumas coisas correram bem (a educação popular), outras mal (a economia agrária). Do estalinismo salva a sua capacidade para, ao ressuscitar o patriotismo russo, destruir as tropas de Hitler.

O que diz sobre algumas teses recentes quanto às alternativas que poderiam ter tido lugar na Rússia czarista é interessante: que o país estivesse maduro para uma revolução ninguém, desde pelo menos 1870, o negava. Quando, em 1905, a insurreição finalmente rebentou, nem um único indivíduo se deu ao trabalho de fingir espanto. Só quem escreve com o conhecimento do que se passou depois se lembraria, como o fazem alguns historiadores, de defender que, caso não tivesse ocorrido a Primeira Grande Guerra e a revolução bolchevique, a Rússia teria evoluído calmamente para uma sociedade liberal. Isto é, para ele, um disparate.

No final deste capítulo, Hobsbawm fala das revoluções que ocorreram na esteira de Outubro de 1917, feitas por militares e camponeses revoltados. É aqui que se refere à revolução portuguesa de 1974, integrando-a, como um acontecimento um pouco anacrónico, no ciclo de agitações de caserna empreendidas por militares desafectos. Ao contrário do que por vezes sucede com estudiosos estrangeiros, Hobsbawm mostra compreender quão diferentes foram os regimes nazis e fascistas do regime de Salazar.

Na II parte, «The golden age», em especial, os capítulos 9, «The golden years», sobre os anos 60, e 10, «The social revolution», sobre a evolução entre 1945 e 1990, são os melhores. Hobsbawm é muito bom a analisar pormenores. Ao falar do que se passou no domínio dos costumes, nota (p. 331): «O ano de 1965 foi o primeiro em que a indústria da moda francesa produziu mais calças do que saias.» O livro está recheado de apontamentos deste tipo, que nos dão a ver, como num retrato, uma época. A propósito do declínio da classe operária nos anos 1890, diz (p. 303): «Os mineiros, que dantes se podiam contar em centenas de milhares, e em Inglaterra até em milhões, tornaram-se menos numerosos do que os diplomados universitários; a indústria do aço americana emprega hoje menos pessoal do que os restaurantes de hamburgueses pertencentes à cadeia McDonald's.» A devastação da indústria não nos é apenas dada impressionisticamente; entre 1980-1984, revela, a Inglaterra perdeu 25% da sua base manufactureira.

Previsivelmente, as comunidades operárias vão-se desagregando, deixando os mais fracos à mercê de um destino cruel. Hobsbawm fala, com sensibilidade, da solidão dos velhos, dos conflitos interétnicos, da emergência de uma subclasse.

Reconhece que muitos, mesmo entre os operários, enriqueceram durante os últimos anos. Mas «a prosperidade e a privatização», argumenta, «destruíram o que a pobreza e a colectividade na esfera pública tinham mantido unido».

É aqui, ao exibir uma certa nostalgia pelo «mundo que nós perdemos», que entra por terreno perigoso. A entreatjada, é preciso lembrar, tinha um custo: a promiscuidade. Quando as casas eram cubículos, quando a miséria era partilhada, quando a rua era comum, os seres humanos não tinham outro remédio senão tolerar-se. Não tenho a certeza de que Hobsbawm compreenda os benefícios que a posse de uma casa própria, de um automóvel ou de um televisor trouxe ao mundo operário.

Hobsbawm não fala apenas do que aconteceu, e está a acontecer, na Europa. Menciona as transformações, muitas delas drásticas, noutras partes do globo: «Demorou um pouco a que se tomasse nota, e ainda mais tempo a que se pudesse ter uma ideia, do impacto que a transformação do crescimento material quantitativo teve em certas partes do mundo. Para a maior parte do globo, estas mudanças foram ao mesmo tempo súbitas e profundas. Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou repentinamente nos anos 50.» O mais importante, diz, foi a destruição do campesinato. Com excepção da Grã-Bretanha, as populações viviam no, e do, campo. De repente, tudo ruiu. Hobsbawm cita o caso dos países ibéricos, onde, em quarenta anos, a população rural passou de cerca de 50% para 15% em Espanha e para 18% em Portugal. Nalguns países longínquos, a mortalidade rural ainda foi maior. No Japão, durante o mesmo período, o campesinato passou de 53% para 9%.

No final do capítulo 9, Hobsbawm fala dos sinais da crise após a década de maior prosperidade que a Europa jamais vira: «O ano de 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas um sinal [...] A expansão da economia nos princípios dos anos 70, acelerada pela inflação galopante, por aumentos massivos da oferta monetária a nível mundial e pelo incrível *deficit* americano, tornou-se vertiginosa. No jargão dos economistas, o sistema ficou 'sobreaquecido'. Nos doze meses após Julho de 1972, o GDP real, nos países da OCDE, aumentou 7,5% e a produção industrial 10%. Os historiadores que ainda não tinham esquecido a forma como o *boom* de meados da era vitoriana terminara talvez se tivessem posto a imaginar se tudo não iria acabar da mesma maneira. Os que o fizeram teriam tido razão, embora não me lembre de ninguém que tivesse previsto a queda de 1974.» Após ter promovido a maior transformação social de que há memória, a idade do ouro acabara.

O âmbito temporal do livro vai até 1991. A versão soviética do comunismo morreu e o capitalismo, segundo Hobsbawm, não está melhor. Por um lado, não lhe fez bem ter deixado de ter um rival; por outro, o liberalismo radical entrou em crise. «Uma das ironias históricas do neoliberalismo, que se tornou chique nas décadas de 70 e 80, e que olhava com ar superior as ruínas dos regimes comunistas», argumenta, «reside no facto de ter triunfado quando deixou de ser tão plausível quanto parecia.» Ou seja: «O mercado reivindica o seu triunfo no momento em que a sua nudez e a sua inadequação não podem continuar a ser

escondidas.» As teorias liberais radicais perderam os seus profetas. Ninguém sabe hoje qual a receita para gerir as sociedades.

Dominado por duas guerras mundiais e por uma guerra fria entre duas religiões — a utopia colectivista e o mercado sem entraves —, o final do século não se apresenta risonho. Para Hobsbawm, os maiores problemas são de natureza demográfica e ecológica. Embora menos catastrófico do que Hans Magnus Enzenberger, o sociólogo alemão que, no notável *Civil Wars* (Londres, Penguin, 1994), abordou a questão da invasão do mundo ocidental pelos miseráveis espalhados pelo globo, Hobsbawm está pessimista. A população mundial estabilizar-se-á, dizem os entendidos, à volta de 10 mil milhões no ano 2000. Com taxas de fertilidade tão diversas quanto actualmente, entre países ricos e pobres, a tensão crescerá. Como irão os países desenvolvidos, com as suas montras recheadas de todos os bens do universo, conseguir fechar as portas às hordas de esfomeados que, cá fora, se exprimem de forma tumultuária? Como impedir as vagas de imigração que começam a surgir em países como a França, com vizinhanças incómodas no Norte de África, ou, como a Alemanha, rodeada de povos que querem fugir dos esquálidos países legados pela ex-URSS? Uma coisa é, para Hobsbawm, segura. O futuro da humanidade não poderá ser encarado como uma mera continuação do passado.

O mais arriscado de entre os seus livros, *Age of Extremes*, tem algumas fraquezas. Não é fácil interpretar o que se está a passar diante dos nossos olhos: Hobsbawm nem sempre o consegue. Por outro lado, o livro não tem a soberba prosa de *The Age of Revolution*. Mas que prazer não sentirá este historiador ao constatar, do cimo dos seus 77 anos, que produziu a melhor síntese histórica dos últimos duzentos anos? Nenhum aprendiz de historiador — melhor, ninguém que se pretenda culto — poderá deixar de ler a tetralogia que, agora, chegou ao seu termo.